

**O EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS E AS AÇÕES
TRANSFORMATIVAS, FORMAS DE EFETIVAR A IGUALDADE DE
GÊNERO NO TRABALHO**

*THE EMPOWERMENT OF INDIVIDUALS AND TRANSFORMATIVE
ACTIONS, AS WAYS OF PROMOTING EFFECTIVE GENDER EQUALITY
AT WORK*

Camila Magrini da Silva
UNESP/FRANCA
camilamagrini@hotmail.com

Hélio Veiga Júnior
UNESP/FRANCA
helioveiga.law@gmail.com

José Carlos de Oliveira
UNESP/FRANCA
oliveira@franca.unesp.br

Rafael Leal de Araújo
UNESP/FRANCA
lealdearaujo@hotmail.com

Stefania Fraga Mendes
UNESP/FRANCA
stefania_mendes@hotmail.com

2) Justiça, democracia e seletividade.

RESUMO: O presente artigo versa sobre a desigualdade de gênero como um padrão social de dominação sobre as mulheres, traços da sociedade brasileira a marginalizá-las, frutos que decorrem das sementes à época colonial, cuja estrutura do sistema familiar baseava-se no homem como elemento central. Durante a primeira e a segunda Guerra Mundial, as mulheres debutaram em massa no mercado de trabalho, início de um processo que culminou nas atuais estatísticas de ascensões em termos populacionais (existem 5,2 milhões de mulheres a mais que os homens) e ingressos nos mais variados meios de produção. Tais transformações ensejaram uma mudança de paradigma social, provocando legislações de proteção específica à mulher como a Lei Maria da Penha, ou a lei que determina a presença feminina no pleito eleitoral ou mesmo as previsões de proteção trabalhista. Entretanto, tais diplomas legais não são suficientes para alterar o papel social da mulher, e nem garantem acesso e proteção. Esse

paradoxo evidencia um limite do próprio direito. Percebe-se que as mudanças precisam avançar, para além do campo legislativo, na mentalidade social, inclusive na mentalidade dos profissionais do direito. O escopo desse artigo é justamente evidenciar os limites intrínsecos do direito, propondo novos caminhos para a alteração social do papel da mulher através da esfera pública em conclave com o empoderamento dos sujeitos e ações transformativas.

Palavras-chave: Empoderamento; Gênero; Mulher; Desigualdade; Trabalho.

ABSTRACT: This article aims at the study of the gender inequality as a social pattern of domination over women which could be seen as traces of Brazilian society to marginalize them, a fact that comes from colonial time, when the structure of the family system was based on the man as a central element and head of the family. During the First and Second World War, women debuted massively in the labor market, which showed the beginning of a social process that culminated in today's statistics rises in terms of population (there are 5.2 million more women than men in a world view), and revealed the women joining themselves in various means of production. These changes gave rise to a change in the social paradigm, promoting specific legislation to protect women, legislations such as “The Maria da Penha Law”, created for protection to domestic violence, also the law that determines the presence of women in the electoral process or even the laws created for women labor protection. However, such legislation is not sufficient to change the social role of women nor guarantee access and protection. This paradox highlights a limit of the law itself. The necessary changes need to move beyond the legislative field, reaching the social mentality as well as the legal practitioners’ mentality. The scope of this article is to highlight precisely the intrinsic limits of the law, proposing new ways for the social change of the role of women through the public sphere in conclave with the empowerment of individuals and transformative actions.

KEYWORDS: Empowerment. Gender. Woman. Inequality. Work.

1 Introdução

O escopo do presente artigo é analisar as desigualdades de gênero como arquétipos das tradições patriarcais, as quais fomentam marcas culturais, sociais, econômicas, políticas e normativas.

A motivação para debruçar sobre a presente temática decorre da persistente condição subalterna da mulher, carente de instrumentos efetivos que proporcionem a sua alforria

da marginalidade, o acesso ao direito de não ser pobre, a escassez de autodeterminação, liberdade e autonomia.

Preliminarmente prima-se por refletir sobre a sociedade e a normatividade positivista, posteriormente analisa-se a ótica normativa da proteção à mulher vítima de violência doméstica, bem como a afirmação feminina no seio social e familiar, a evolução dos direitos das mulheres no Brasil.

Finalmente, com o fulcro de transfixar a realidade e ousar sugerir propostas contemplar o empoderamento feminino como uma das formas de efetivação da igualdade de gênero.

2 Sociedade e normatividade positivista: uma visão sobre a mulher

A efetividade dos direitos depende, então, da atividade do intérprete autêntico que subsumindo o fato à norma impõe sanções àqueles que contrariam os preceitos legais? Essa resposta não é simples. A efetividade da norma é um conceito que não se deixa apreender facilmente.

A efetividade da norma está relacionada ao mundo do ser. Está ligada ao mundo fático. Dizer que uma norma é efetiva depende de uma constatação empírica e de um juízo subjetivo do observador. Para alguém que busque soluções apenas teóricas a efetividade nem mesmo seria considerada como juridicamente relevante.

Porém quando se questiona, “porque os direitos humanos são desrespeitados?”, em verdade se está buscando saber o motivo pelo qual certas normas jurídicas carecem de efetividade apesar de serem juridicamente válidas.

Uma vez que a efetividade normativa não é um conceito estritamente jurídico nos termos kelsenianos, já que depende de um juízo de valor que o observador estabelece entre o mundo do ser e o ordenamento jurídico, poderíamos inclusive objetar que o questionamento mencionado não pode ser respondido do ponto da ciência jurídica.

Não é difícil defender essa tese. A final, o que vem a ser efetividade normativa? Seria efetividade o temor da sanção? O respeito à propriedade privada decorre do sistema de proteção jurídico, do temor da sanção ou por convenção social? Objetivamente todo indivíduo que sofre alguma ingerência estatal vinculada a uma questão criminal poderá promover uma ação judicial para exigir uma tutela do Estado que atue contra o terceiro que efetivamente infringiu criminalmente o direito do indivíduo, sendo que por meio da chancela judicial esse poderá efetivar seu direito de proteção jurídica à vida ou a qualquer outro bem jurídico.

Essas são as ações que o Estado juiz pode oferecer ao titular do direito violado. Mas a efetividade de proteção do direito à vida decorre da existência destes mecanismos? É a regulamentação do direito à vida em um procedimento processual altamente vinculado e impessoal que garante a sua efetividade?

Ou acaso seria a atitude dos magistrados de não tolerar a infringência ao direito à vida pelo agente infrator da norma penal? De tal forma que todas as ações que são levadas ao conhecimento do Judiciário encontram resolução rápida e uniforme, com o que os magistrados subsumem os fatos às normas de tal forma que passam uma mensagem à coletividade: “não será tolerado qualquer ato criminoso contrário à vida?”

Ou ainda uma terceira via, é o costume de alguém respeitar à vida do próximo que gera a efetividade da norma, que excepcionalmente é contrariada pelos indivíduos desviantes, e prontamente restabelecida por meio da reprovação do Judiciário?

Em suma, a efetividade normativa está associada à regulamentação, ao temor, ao costume ou ao hábito de certos juízes? Nesse sentido indagar-se-ia se significaria efetividade a aplicação de uma sanção, ou ainda se efetividade significaria regulamentação altamente vinculada e impessoal? Seria a efetividade um costume?

Ora a reflexão acerca do problema da efetividade da norma coloca mesmo em dúvida a possibilidade de um questionamento científico jurídico nesse sentido. Afinal, seria o problema da efetividade um problema jurídico?

3 Uma análise positivista das normas de proteção à mulher vítima de violência doméstica

Inicialmente é preciso reiterar a distinção entre ser e dever ser, entre o que é jurídico e o que não é. Essa distinção se faz necessária, desta vez sob outro aspecto, pois o sistema normativo no seu núcleo mais fechado prevê a proteção à vida, à pessoa, à dignidade sexual, ao patrimônio de quem quer que seja independentemente do gênero da vítima.

O sistema normativo, por meio do Código Penal, estabelece crimes em razão do ato, e não do gênero da vítima. Juridicamente é no Código Penal que estão previstas as condutas que materialmente consistem em violência. Para o Direito por mais que exista violência contra a pessoa, apenas em uma leitura sociológica, psicológica ou histórica é que haveria violência específica contra a mulher.

Uma vez comprovada a realização de um crime, a violência contida naquele é reprovada pelo sistema normativo, incidindo assim a respectiva pena prevista também no tipo penal sobre o agente que praticou tal ação/omissão criminosa. Para o processamento das

ações penais existe o Código de Processo Penal, que é o procedimento altamente vinculado e impessoal por meio do qual o Judiciário se manifesta em relação às acusações de violência.

A Constituição Federal, por outro lado, estabelece uma série de direitos e garantias fundamentais para todas as pessoas, independentemente de gênero. Aliás, igualando homens e mulheres em direitos e obrigações, conforme artigo 5º, I. Inclusive o artigo 226, §8º determina a proteção da família, e de cada uma das pessoas que a integram, bem como a criação de mecanismos que coíbam a violência no âmbito de suas relações, o que ocorre sem distinção de gênero.

Ainda sem distinção de gênero temos o fato de que o Brasil reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o território nacional, uma vez que é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos que foi assinada em 22 de novembro de 1969 e internalizada por meio do Decreto nº 678/92. Esse diploma internacional também prevê uma série de direitos às pessoas humanas indistintamente ao gênero e fixa dois órgãos de proteção dos Direitos Humanos de âmbito supranacional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os diplomas legais que efetivamente trazem distinções de gênero não dizem respeito à natureza de qualquer violência, mas ao tratamento de algumas situações específicas. São eles: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, assinada em Belém do Pará no dia 09 de junho de 1994, internalizada pelo Decreto nº 1.973/1996, e finalmente, a Lei Maria da Penha - Lei nº. 11.340, promulgada em 07 de agosto de 2006, que foi criada para trazer mecanismos que coíbam a violência doméstica e familiar contra a mulher.

É importante verificar o conteúdo jurídico desses diplomas que falam especificamente da proteção à condição da mulher. Vejamos o que prescrevem os artigos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, doravante Convenção de Belém do Pará.

Nos artigos 1º e 2º estão previstas definições e o âmbito de aplicação. Já nos artigos 3º a 6º estão descritos os direitos protegidos, tais como a vida, integridade física, proteção, acesso à justiça. Nos artigos 7º a 9º estão previstos os deveres do Estado, tais como dever de zelo, de processar e perseguir os violadores dos direitos previstos na Convenção, e finalmente, nos artigos 10 a 12 estão previstos os mecanismos de proteção, nomeadamente relatórios à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, havendo a possibilidade dos Estados partes solicitarem pareceres à Comissão, assim como a viabilidade de apresentar

petições à Comissão que deverá se conduzir conforme estabelecido na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e por fim entre os artigos 13 a 25 em que são estabelecidas às disposições gerais.

Já na Lei Maria da Penha temos o seguinte quadro: artigos 1º a 4º disposições preliminares, artigos 5º e 6º definições de violência doméstica, artigos 7º estabelece as formas da violência tais como a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e os artigos 8º e 9º determinam a forma de assistência à mulher vítima de violência doméstica. Ainda, os artigos 10 a 12 determinam à autoridade policial regras de comportamento para tratar com vítimas de violência doméstica. Os artigos 13 a 17 alteram o procedimento processual no que diz respeito a persecução penal dos crimes considerados violência doméstica. Os artigos 18 a 24 determinam medidas protetivas de urgência administrativa e judicial. Os artigos 25 a 32 ratificam as regras comportamentais dos entes públicos que tratam diretamente com as vítimas de violência doméstica, tais como o Ministério Público, a Assistência Judiciária e a Equipe Multidisciplinar. E por fim, os artigos 33 a 46 contêm as disposições finais.

É perceptível pela análise dos diplomas legais que contêm distinção de gênero que esses ratificam o conteúdo material da legislação ordinária no que diz respeito à violência contra a pessoa humana. A definição de violência contra a mulher invariavelmente resvala na definição de violência contra a pessoa humana.

É da natureza da violência ser perpetrada contra a pessoa humana. Do ponto de vista jurídico não faz sentido distinguir entre violência contra homens e contra mulheres. Por esta razão os diplomas de gênero são tão vagos e o seu conteúdo jurídico tão vazio, considerados assim pela análise do positivismo jurídico.

A norma legal estabelece uma prescrição genérica. Ao intérprete autêntico cabe verificar no caso concreto se os fatos se subsumem à previsão genérica. Caso se confirme a realização da previsão, cabe ao intérprete autêntico impor a sanção genericamente prevista de forma coativa, se necessário. Essa é a estrutura básica de uma normatividade.

As cartas de gênero acima mencionadas estabelecem obrigações vazias na medida em que não existe qualquer conduta genericamente prevista que se conecte a uma sanção também prevista, para que posteriormente sejam realizadas subsunções e aplicadas sanções. Trata-se, na verdade, de externar pelo meio formal de legislação atitudes políticas desejáveis, considerando o comprometimento do Estado com políticas públicas e etc.

Ocorre que a ausência de sanção inviabiliza o efeito jurídico forte de uma proteção efetiva. Não porque a situação de gênero das mulheres não reclame proteção, mas como

toda a proteção à vida humana já está prevista na legislação ordinária, não haveria, em um sentido positivista, plausibilidade jurídica em uma proteção de gênero.

Percebe-se, assim, novamente a necessidade de distinguir entre o ser e o dever ser. Do ponto de vista do dever ser de proteção à vida, toda a proteção está devidamente regulamentada no Código Penal, com previsão do procedimento processual específico no Código de Processo Penal, com previsão de direitos e garantias fundamentais a todo e qualquer ser humano na Constituição Federal. Que ainda permite a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todo o território nacional.

Ocorre que a questão social de violência doméstica contra a mulher não tem espaço para ser tratada juridicamente de forma distinta da violência comum. Tentar transformar esta questão social em questão jurídica não faz sentido. Tanto que os diplomas legais criados para este fim têm pouco conteúdo de proteção efetiva.

Se por um lado, a sociedade civil reclama por uma mudança política e cultural em relação ao tratamento das mulheres enquanto vítimas de violência doméstica, por outro lado é preciso reconhecer os limites do próprio direito. Para o direito, violência não tem predicado, pois é apenas violência. A realização da conduta prescrita enseja a aplicação da sanção correspondente.

Procurar distinguir a violência da mulher das demais formas de violência não faz sentido jurídico em uma análise positivista. Infelizmente, a verdade inerente ao caso Maria da Penha é que o Estado Brasileiro não trata de forma especialmente cruel as vítimas de violência doméstica, mas sim que o Brasil trata de forma igualmente cruel todas as vítimas de indistintas formas de violência.

Ao propor uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual reconheceu a mora da Justiça Brasileira em processar e julgar a violência contra a mulher, o caso Maria da Penha não colocou em destaque o evento referente à violência doméstica, mas sim evidenciou que o Estado Brasileiro permite indistintamente que a violência, mesmo sob o crivo do Poder Judiciário, atinge a prescrição e permite a impunidade perante o ordenamento jurídico pátrio.

Procurar a solução do problema da impunidade com a promulgação de leis supostamente não plausíveis, sem conteúdo de sanção, seria, simplesmente, adiar a solução do problema. A Lei Maria da Penha não teria, assim, a solução prática e permanente de solucionar o problema da violência doméstica contra as mulheres, tampouco qualquer tipo de violência, considerando que já existem leis próprias a proteger a sociedade contra a violência praticada contrariamente a qualquer indivíduo. Portanto, sob a ótica positivista, a efetividade

da Lei Maria da Penha é inexistente, ou, no mínimo, a lei mencionada proporia apenas uma redundância protetiva.

4 A afirmação feminina no seio social e familiar: a evolução dos direitos das mulheres no Brasil.

Como qualquer sociedade com suas bases fundadas na evolução social pautada na razão humanista, a sociedade brasileira em seu início apresentava uma superioridade do homem frente à mulher, distinção esta pautada apenas no sexo, sem qualquer tipo de plausibilidade social, muito embora a superioridade masculina fosse tratada como um fato normal em tempos de outrora.

Homens e mulheres não eram tratados de forma isonômica perante a sociedade e várias instituições, inclusive perante o próprio judiciário que seguia apenas a exegese literal das normas e relativizavam qualquer direito emancipatório feminino, o que é facilmente percebido pela análise ao Código Civil Brasileiro de 1916, um manual jurídico dotado de diferenciação e mitigação dos direitos civis da mulher perante aos direitos civis do homem em uma sociedade com bases em uma inexorável segregação pautada no sexo ou gênero. “Destarte, não há como negar a busca de um sincretismo entre a sociologia e o direito orbitando no entorno feminino” (MARTINS, 2013. p. 392).

Em meados do século XIX, quando o Brasil ainda se encontrava sobre fortes paradigmas patriarcais e conservadores, foi criado o Código Civil de 1916, o qual consagrava a superioridade masculina sobre a feminina. O art. 240 do códex mencionado lecionava o seguinte: "a mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar de encargos da família" (CABRAL, 2004. p. 39).

Não obstante, destacava-se àquela época também a existência de um pátrio poder em detrimento do que atualmente se conhece como poder familiar, que apenas foi reconhecido como tal em um período pós-moderno nas bases sociais estruturantes do século XXI. O pátrio poder estabelecia que o patriarca (pai) era o chefe da sociedade conjugal e da família, prevalecendo sua autoridade sobre a autoridade materna, sendo que somente na falta ou impedimento do homem de exercer o poder sobre a família é que eram transferidos os poderes para a esposa¹.

¹ Art. 380, CC/16 – “Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, **exercendo-o o marido com a colaboração da mulher**. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade. Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, **prevalecerá a decisão do pai**, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência. Percebe-se facilmente a submissão feminina perante a masculina.

Visivelmente, o marido ocupava a posição de prevalência perante a esposa em um viés social e jurídico pelo que se observa dos direitos e deveres que o extinto Código Civil enumerava como a permanência daquele como chefe da sociedade conjugal, competindo-lhe a representação legal da família, da administração dos bens comuns e particulares da mulher, que lhe coubesse administrar, em razão do regime de bens adotado no casamento, o direito de fixar e mudar o domicílio e o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal, vislumbrando como obrigação relevante do homem apenas a manutenção material da família.

Nesse contexto, o instituto da União Estável não era reconhecido enquanto entidade familiar, havendo um enorme preconceito pelo que hoje se conhece por “companheira”, sendo que apenas com o advento da Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil é que a mulher passou a ter autonomia e tratamento isonômico perante a entidade familiar.²

Anteriormente à vigência do Código Civil de 2002, qualquer relação que assumisse status de conjugalidade, muito embora possuísse um aspecto informal, seria dissolvida patrimonialmente sendo considerada como sociedade de fato, não se reconhecendo direitos familiares à entidade, o que em muito prejudicava as mulheres.

Dúvidas não restam sobre a aceitação da mulher perante a sociedade e a família, mas existem alguns resquícios sociais de prevalência pelo conservadorismo que afligem as mulheres ainda que de forma indireta e patrimonial, como a diferenciação de direitos na sucessão entre uma mulher que seja cônjuge virago e outra que seja companheira, o que se trata de uma incongruência legal e falta de plausibilidade em se resguardar o patrimônio frente ao reconhecimento da autonomia feminina pelo fato da mulher pode optar por uma modalidade de união não tradicional como o casamento.

Neste sentido, a ausência da reserva de 1/4 para a companheira, o exposto no art. 1790, I e IV do Código Civil atual que prescreve que quando houver filhos em comum a companheira receberá apenas metade do que couber a cada filho e que somente na ausência de herdeiros necessários e legítimos a companheira herdará a totalidade da herança, e a não aplicação do direito real de habitação na união estável são exemplos clássicos de imposição indireta de um conservadorismo que pugna pela preferência do casamento sobre a união

² Art. 226, §3º, CF/88. Art. 1.723, CC/02. Destacando-se a importância do enunciado pelo art. 1.724, CC/02 – “As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos”, em que se percebe a proteção à mulher pela exibição dos deveres na União Estável, deveres que em outros tempos (Código Civil de 1916) não possuíam lugar em relação às mulheres que constituíam relacionamentos duradouros com intuito de se constituir família, mas não possuíam tutela estatal.

estável, tudo em razão de uma proteção exacerbada ao patrimônio em detrimento da liberdade de escolha e autonomia feminina.

A emancipação feminina perante a sociedade ocorreu promovendo a igualdade de direitos entre homem e mulher mitigando padrões sociais inexoravelmente desprovidos de razão, muito embora a sociedade ainda pretenda exercer conservadorismos desnecessários, a luta feminina por completo reconhecimento tem seu valor enquanto conquistas seculares, valendo trazer à baila a lição de que:

“a descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou dos próprios questionamentos que estas fizeram acerca de si próprias, **rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a visão clássica da inferioridade do sujeito feminino**” (grifou-se). (SILVA, 2007. p. 12).

Em tempos tribais e medievais a mulher era considerada como objeto de troca ou venda, estando à mercê da tribo em dá-la como pagamento de uma dívida para se evitar a beligerância entre tribos rivais ou como um produto de venda para um noivo que quisesse adquiri-la como esposa.

Percebe-se assim que a sujeição da mulher ao poderio masculino tem longa data uma vez que se verifica suas raízes desde a Idade Clássica até a era Moderna com o Estado Liberal. Durante este período, a mulher praticamente permaneceu com a mesma função que detinha durante a transição supramencionada, qual seja, apenas dar seguimento à família por meio da reprodução e da criação dos filhos, sem nenhum tipo de participação social ativa. (MARTINS, 2013. p. 393).

O direito compreendido apenas enquanto norma (KELSEN, 1994, p. 13) e não como efetivação social de minorias, existam elas em razão do sexo, raça, cor, gênero ou opção sexual, elege dogmas intransponíveis delegados por legisladores homens que por meio da criação da norma jurídica passava a esta apenas um conteúdo conservador que impusesse a vontade soberana masculina sobre a feminina.

Exemplos disso foi a criação de normas que: a) tornaram a mulher débil e dependente de autorizações do marido, chefe da família; b) discriminavam e classificavam os filhos havidos como legítimos e não legítimos; c) proibia, quanto aos filhos considerados ilegítimos ações declaratórias de paternidade, considerando apenas a possibilidade do pedido de alimentos; d) permitiram apenas o desquite como forma de dissolução do casamento, deixando a mulher estigmatizada como “desquitada”, o que à época possui conotação pejorativa e prejudicial à imagem feminina.

Mediante tempos que apenas devastaram o reconhecimento social do valor da mulher na sociedade e no seio familiar e o Judiciário que antes era considerado apenas como uma instituição cuja visão era neutra sobre a falta do reconhecimento da emancipação feminina, pairando sobre a ideia de que “*le juge est la bouche de la loi*”³, mostrou-se necessária a criação de transformações sociais constantes que exigem do Poder Judiciário uma posição mais isonômica e funcionalista.

A mulher brasileira que reside nos centros urbanos e grandes cidades passou a efetivar sua emancipação econômica e social quando decidiu trabalhar como operária nas grandes fábricas, conquistando, desde então, seu lugar no mercado de trabalho antes ocupado apenas por homens. A partir da percepção do legislador e da sociedade que a mulher era tão capaz quanto o homem de tomar conta de sua própria vida sem intervenções públicas ou privadas, sendo igualmente capaz de prover sua própria subsistência, passou então aquela a criar direitos trabalhistas e civis que passaram a despertar uma consciência de maior liberdade na mulher que se encontrava dentro do lar conjugal ou dentro da casa em que habitava com a família, uma vez que passou a contribuir economicamente para o status familiar.

A partir dessa busca pela emancipação social, econômica e também afetiva para que se atingisse a igualdade substancial entre homens e mulheres, estas passaram à atividade massiva de luta pelos reconhecimento de seus direitos pelo movimento feminista, o qual representa extrema importância na conquista dos direitos das mulheres, uma vez que anuncia por meio da democratização do discurso entre direito e deveres um novo paradigma de isonomia pós-moderno que busca constantemente equiparar qualquer direito fundamental e humano a um direito a ser aplicado a qualquer pessoa indistintamente, independente de seu sexo ou gênero. E é por meio do discurso feminista que se pode dizer que Constituições e leis infraconstitucionais foram contaminadas por forças pautadas em um discurso feminista de igualdade e proteção aos direitos das mulheres.

Talvez um dos exemplos mais significativos no Brasil sobre o reconhecimento da necessidade de proteção aos direitos femininos seja a Lei Maria da Penha, Lei n°. 11.340/06, a qual concede à mulher proteção contra a violência familiar, geralmente perpetrada pelo cônjuge varão em atos contrários à moralidade e ao direito, sempre com o intuito de desrespeitar os direitos da companheira ou cônjuge virago, que antes sofria em silêncio devido ao excesso de conservadorismo e machismo que contaminava a sociedade de maneira extremamente negativa.

³ “O juiz é a boca da lei.”

Desta feita, pode-se afirmar que a mulher contemporânea, que se apresenta como indivíduo dotado de direitos e deveres como qualquer outro homem, após séculos de sofrimento, preconceitos e injustiças, pode se apresentar como alguém que caminha na luta pelo tratamento igualitário, acabando com conservadorismos de outrora incabíveis em uma sociedade pluralista.

Por óbvio, para que não se recaía em um retrocesso social, as mulheres devem continuar presentes e ativas na sociedade, demonstrando o caráter forte que a feminilidade apresenta, sempre em busca de reconhecimento de seus direitos, que por vezes, podem ser negados com base em leis obsoletas que em nada representam a sociedade pós-moderna, que justamente em razão de sua modernidade, não pode conceber abusos para com os direitos das mulheres, promovendo sempre em todos os aspectos a igualdade substancial entre homem e mulher.

5 O empoderamento dos sujeitos, uma das formas de efetivação da igualdade de gênero

Os traços da sociedade brasileira a insular as mulheres são progenitores da época colonial com padrões culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos de soberania e de desigualdade de gênero.

As raízes clássicas de outrora são uma das razões hodiernas que limitam à efetividade da igualdade de gênero, revestem-se das estruturas sistêmicas de poderio, bem como do comando verticalizado, ou seja, o poder soberano ordena e as “vassalas” têm duas opções, sendo elas: a de cumprir ou não cumprir a ordem. Essa última é passível de punições desinentes da autotutela (agressões físicas, morais ou psicológicas), ou seja, uma sociedade baseada no império verticalizado que busca o poder sobre as mulheres.

Para Max Weber (1947, p. 346) o poder patriarcal é assinalado como sendo um sistema de normas sustentado na tradição. Na concepção de Antônio Cândido e Joaquim Nabuco, o patriarcado está adstrito ao sistema escravista, assim também pensam Nísia Floresta, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Silvio Romero e Oliveira Vianna, entre outros. Para Carole Pateman (1988), o patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravo.

Nos períodos da primeira e da segunda Guerra Mundial há a notória e maciça ausência da presença masculina nos lares, isso permitiu às mulheres uma inserção em massa no mercado de trabalho. Foi o início de um processo que culminou nas atuais estatísticas de ascensões em termos populacionais (existem 5,2 milhões de mulheres a mais que os homens) e ingressos nos mais variados meios de produção.

Essa inserção feminina nos meios de produção foi um avanço extremamente relevante, louvável e indispensável ao cenário atual. Ocorre que, a relação de produção é outro aspecto com característica limitadora à efetividade da igualdade de gênero, pois nessa relação existe um véu cujo pano de fundo é a total inversão da lógica de valores entre preço e dignidade trazida por Immanuel Kant, nas quais as coisas têm preço, as pessoas, dignidade.

O pensador Georg Luckács em sua obra *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista* (LUCKÁCS, 1974, p. 97 – 126) define a “Reificação” como um processo das “relações sociais e da própria subjetividade humana, nas relações capitalistas, vão se identificando paulatinamente com o caráter inanimado das mercadorias, num processo denominado alienação, em que a pessoa afasta-se do real”.

O processo de alienação com caráter inanimado das mercadorias é tratado por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, na obra *O iluminismo como mistificação das massas*, como palácios colossais que surgem por toda parte e representam a pura racionalidade sem sentido dos grandes cartéis internacionais.

Nesse contexto, supõe-se que a consciência da sociedade brasileira alberga-se serviçal, acometida das reproduções de pensamento verticais dos domínios patriarcais e da inversão de valores priorizando o capitalismo e a reprodução em detrimento da dignidade humana, sem qualquer reflexão racional.

Assim, todos esses contextos conceituais reclamam pela frutificação à reflexividade, afim de se viabilizarem propostas com possíveis soluções a minorar e, futuramente extirpar os impactos das raízes clássicas. Há a necessidade de priorizar os estudos científicos interdisciplinares, pois no ciclo das políticas públicas o problema da desigualdade de gênero, preteritamente, era tido como um problema individual, ou seja, não era considerado um problema público da coletividade feminina.

Dessa forma, evidenciam-se fortes carências nas estruturações dos problemas, bem como no conjunto de possíveis soluções, na análise dessas, na tomada de decisões, na implementação das mesmas e na sua avaliação.

É inevitável a necessidade da atenção aos processos de transformações estruturais nas múltiplas dimensões, assim como de discussões normativas críticas, cujo escopo dever ser a retificação das situações de Reificação desinentes do poder dentro do espaço familiar, no meio ambiente do trabalho e na consciência social como um todo.

As reflexões dessas concepções clássicas, tanto quanto das discussões normativas críticas, igualmente a avaliação e análise das políticas públicas são peremptórios para que não se estabeleçam, ainda mais, as moléstias paralisantes na sociedade, na expressão de

Zygmunt Bauman, perfaz o “inválido crônico que acompanha a vida da janela de um hospital” (BAUMAN, 1998, p.194).

As estruturas propostas que servirão de alicerces são a racionalidade ao uso das parcas receitas, tanto quanto dos processos, tal como uma administração pública eficiente, econômica, aliada a produtividade e oportunidade, com a estrita acuidade governamental dos orçamentos, planejamentos, análises e avaliações, bem como com a defesa dos mecanismos de proteção dos direitos humanos através da constante segurança as garantias constitucionais, com políticas primárias, prestações de contas, aliados aos sistemas jurisdicionais, semijurisdicionais (Comissões de Desenvolvimento Humano e Comissão Interamericana de desenvolvimento Humano) e as garantias extra institucionais (movimentos sociais, organizações não governamentais, direito a protesto, dentre outros) .

Esses pilares devem ser confederados com o empoderamento das mulheres, juntamente com a liberdade de autodeterminação para a promoção da equidade de gênero, cujos componentes estão adstritos a características econômicas, a fatores sociais, culturais e políticos. São propostas que servirão para propeli-las a aprimorar a sua qualidade de vida feminina, bem como de seus filhos, e até dos próprios homens, pois os incitarão ao desenvolvimento sustentável e o direito de não ser pobre dentro do próprio lar.

O problema público da fraca equidade de gênero precisa de estruturação intermediada a conjuntos de ações técnicas, com escopo de atrofiar a insuficiência da autodeterminação, através da congregação das ações pretéritas negativas, bem como as afirmativas e, principalmente por intermédio das ações transformativas. Em um elo global com a multiplicidade de protagonistas sociais, respeitando os valores subjacentes da governança, dos governos, das culturas, dos cidadãos e da mulher como merecedora de dignidade, assim como todos os seres humanos.

A participação democrática nas decisões políticas são os elementos essenciais na estruturação de políticas públicas de empoderamento das mulheres. O consenso entre os papéis das empresas para o crescimento das economias, o desenvolvimento humano, a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, assim como o Pacto Global conceberam os Princípios de Empoderamento das Mulheres.

Vejamos os princípios do empoderamento das mulheres: Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que

trabalham nas empresas. Promover a educação, capacitação e desenvolvimento profissional dessas. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mesmas através das cadeias de suprimentos e marketing. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social. Medir, documentar e publicar os progressos das empresas nas promoções das igualdades de gênero.

É nesse contexto que foi criada em julho de 2010 a ONU MULHERES, através da união dos membros da Organização das Nações Unidas – ONU, 193 (cento e noventa e três membros) e de alguns ativistas dos direitos das mulheres, dentre esses destacamos o Brasil. Trata-se de uma recente e promissora liderança global que trabalha em prol de um rápido progresso baseado em premissas fundamentais mundiais, sendo elas a vida livre de discriminação das mulheres e meninas, a exoneração da violência, pobreza. Verdadeira guerra pela primazia da igualdade de gênero como requisito do pleno desenvolvimento.

O objetivo central da ONU MULHERES é, exclusivamente, minorar, bem como dizimar o problema da desigualdade de gênero como um padrão social de dominação sobre as mulheres, proporcionando-lhes as bases acima descritas e o empoderamento através de quatro setores prévios, sendo eles a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW), Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Em recente publicação, a ONU Mulheres trouxe os seguintes dados:

No BRASIL, as mulheres já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Em 1998, 52,8% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, comparadas a 82% dos homens. Em 2008, essas proporções eram de 57,6% e 80,5%. A participação nas esferas de decisão ainda é pequena. Em 2010, elas ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas. <[Http://www.onumulheres.org.br/?page_id=95](http://www.onumulheres.org.br/?page_id=95)>.

As propostas de ações afirmativas e transformativas previstas pela ONU Mulheres com os objetivos do milênio são de reduzir pela metade até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome:

Visitar a câmara municipal, entrevistar as vereadoras e conhecer suas propostas para ajudar as mulheres de sua cidade. Divulgar que existem, nas grandes cidades, centros de atendimento para mulheres, onde elas podem denunciar a violência e ter um acompanhamento físico e psicológico. Identificar e divulgar novas oportunidades de trabalho para mulheres. Incentivar ações que estimulem as mulheres a buscar alternativas de geração de renda. Educar filhos e filhas para que eles realizem, com igualdade, o trabalho do dia a dia em casa. Não reproduzir expressões como “isso é coisa de mulher”, que sejam contra a dignidade da mulher ou que a

coloquem em situação de inferioridade. Denunciar casos de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes pelo telefone gratuito 0800 99 0500 ou procurar o Conselho Tutelar da cidade. Nos casos de agressão física e de violência sexual contra mulheres, ligar para o telefone gratuito do Disque Denúncia da Polícia Civil 0800 84 29 99 (RN). Não empregar crianças, para não prejudicar seu desenvolvimento ou comprometer sua infância, e denunciar os casos conhecidos de trabalho infantil para a Delegacia Regional do Trabalho. Não valorizar e não comprar produtos que explorem o corpo da mulher em sua comercialização, exigindo o cumprimento da regulamentação publicitária e fortalecendo o senso crítico da sociedade. Atuar em atividades em prol da melhoria da autoestima das mulheres, promovendo a valorização e o respeito em todas as fases do seu ciclo de vida (infância, adolescência, gravidez, maternidade, velhice). Encorajar as jovens para que busquem seu desenvolvimento socioeconômico, por meio da educação e do trabalho. Incentivar adolescentes mães a retomarem seu projeto de vida, combatendo qualquer situação que dificulte seu acesso às escolas públicas. <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>>.

No presente artigo, não há a pretensão de solucionar essa chaga social que persiste desde as raízes clássicas, mas sim empenhar esforço para edificar algumas possíveis bases estruturais com propostas de soluções futuras, tais como o consenso da racionalidade, a eficiência, os elementos econômicos, a acuidade governamental com os orçamentos, planejamentos, análises e avaliações, o empoderamento das mulheres, a liberdade de autodeterminação para a promoção da equidade de gênero, os conjuntos de ações técnicas, com escopo de atrofiar a insuficiência da autodeterminação, as ações negativas, as ações afirmativas e, principalmente por intermédio das ações transformativas, a participação democrática das mesmas nas decisões políticas, todos esses elementos congregados aos objetivos do milênio.

6 Conclusão

Analisando o contexto da necessidade do empoderamento feminino em uma sociedade que desde longos tempos tem tido sua base patriarcal inabalada, cria-se então a necessidade de resguardar os direitos da mulher e a constante possibilidade de afirmação feminina em um mundo pós-moderno.

Não é possível conceber na contemporaneidade em que se vive que permaneçam desigualdades obsoletas praticadas em outros tempos e que se arrastaram até o presente para proporcionar desigualdades de gênero que destroem o direito de uma parte da sociedade contemplada na afirmação das mulheres e no direito às ações transformativas capazes de efetivar o direito da mulher.

Muito embora seja possível verificar que a normatividade, ou seja, o positivismo clássico não defenda critérios normativos de empoderamento da mulher, porque acredita que

as normas devem ser genéricas, e, por óbvio, sem distinções de gênero ou que criem benefícios supostamente descabidos à uma classe frente à outra, percebe-se no entanto que se torna incabível não falar em proteção normativa especial à mulher tendo por base a realidade que tem se mostrado cruel com qualquer indivíduo do sexo feminino durante os séculos.

Negar às mulheres o reconhecimento da necessidade de tutelas legais específicas de proteção e emancipação feminina é dar razão a um patriarcalismo social descabido que não pode mais permanecer enraizado na sociedade sob pena de retrocesso social.

Organizações Internacionais que promovem instrumentos internacionais protetivos à mulher, como as Comissões de Desenvolvimento Humano, Comissão Interamericana de Desenvolvimento Humano e a ONU Mulheres, são o exemplo claro de que em lugar algum, ou seja, em sociedade alguma se torna aceitável mitigar a liberdade e emancipação feminina em razão do gênero.

Luta-se aqui para que as relevantes conquistas femininas jamais saiam de tela e que a mulher, enquanto sujeito de direito, seja devidamente protegida por instrumentos normativos eficazes que buscam conceder a tutela dos direitos às mulheres, instrumentos esses pautados em uma plausibilidade social uma vez que a sociedade deve funcionar em razão da capacidade real e produtiva de seus membros em todas as áreas e não em razão dos gêneros desses.

7 Referências

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **O iluminismo como mistificação das massas**, Tradução de Julia Elisabeth Levy, revisão de Luis Costa Lima e Otto Maria Carpeaux. Revisão para essa edição: Jorge de Almeida. Publicado originalmente em *Teoria da Cultura de Massa*. (org. de Luiz Costa Lima) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado. Vol. 15. n.2. Brasília: Jun./Dec., 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CABRAL, Karina Melissa. **Direito da mulher de acordo com o novo código civil**. São Paulo: De Direito, 2004.

DESERTI, Bruna Sitta. MAGRINI SILVA, Camila Magrini da. SALOMÃO, Eduardo Mendonça. VEIGA JÚNIOR. Hélio. OLIVEIRA, José Carlos de. CASTRO, Moisés Coelho de.

CORONA, Roberto Brocanelli. **A influência das novas tecnologias e do modelo econômico capitalista no meio ambiente do trabalho, como aspecto do meio ambiente em geral**. Anais da Semana de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCAR, ISSN n. 2358-4165. São Paulo, 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LUCKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1974.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **A afirmação feminina na igualdade substancial familiar**. IN CORDEIRO, Carlos José. GOMES, Josiane Araújo. **Temas contemporâneos de direito das famílias**. São Paulo: Pillares, 2013.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Você acha que a gente vai poder com o homem? Práticas conjugais entre mulheres nas camadas populares**. Tese de Doutorado. UFPR, 2007.

VASQUES, Daniel. DELAPLACE, Domitille. **Políticas Públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção**. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.8, n.14, jun.2011. São Paulo, 2011.

PORTAL ONU MULHER. Disponível em: <[Http://www.onumulheres.org.br/?page_id=95](http://www.onumulheres.org.br/?page_id=95)>. Acesso: 09 out.2014.

PORTAL OBJETIVOS DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>>. Acesso: 09 out.2014.

Fontes

BRASIL. Constituição. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso: 09 out.2014.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 09 out.2014.

BRASIL. Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 09 out.2014.

BRASIL. Lei Federal 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso: 09 out.2014.

Autora e coautores:

MAGRINI SILVA, Camila. Mestranda em Direito Público pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, *campus* de Franca – SP, sob a orientação do Prof. Pós Dr. José Carlos de Oliveira. Especialista em Direito Previdenciário (2008) e Direito Processual Civil (2004). Advogada. Coordenadora da Comissão de Direito da Seguridade Social da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da OAB/SP. Docente pela Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal. E-mail: camilamagrini@hotmail.com, CV: <http://lattes.cnpq.br/7968407291363038>.

VEIGA JR., Hélio. Mestrando pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Especialista em Direito das Famílias pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Professor no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FACIHUS na Fundação Carmelitana Mário Palmério - FUCAMP. Advogado.

OLIVEIRA, José Carlos de. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP (1983); Mestre em Direito (1992) e Doutor em Direito (1995) pela Universidade Estadual Paulista UNESP. Pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2014). É Professor Direito Administrativo do programa de pós-graduação em Direito, mestrado e especialização, e da graduação em direito, no Departamento de Direito Público UNESP. Foi Chefe do Departamento de Direito Público na UNESP (1996/1998 - 2008/2010). No Programa de Pós-Graduação em Direito está vinculado à linha de pesquisa: Fundamentos e pressupostos da responsabilidade do Estado e da participação da iniciativa privada na organização e gestão dos serviços públicos; A constituição e o exercício do direito de cidadania na regulação, controle e normatização da gestão pública. Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Educação São Luís - FESL Jaboticabal/SP. Publicações: Responsabilidade patrimonial da Administração Pública, serviços públicos, concessões e permissões de serviços públicos, parcerias público-privadas, agências reguladoras, Código de Defesa do Consumidor, estudos de direitos fundamentais e organizador do Vade Mecun jurídico (8 em 1), licitações e contratos públicos. Docente e organizador do Curso de Aperfeiçoamento em Licitação e Contratação pública na modalidade de ensino a distância pelo NEaD/Unesp. Advogado. E-mail: oliveira@franca.unesp.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/5913053162159963>.

ARAÚJO, Rafael Leal de. É mestrando pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014), possui graduação em Direito pela mesma instituição (2011). Ensino médio segundo grau pelo Instituto Federal de São Paulo (2005). Atualmente é Membro de corpo editorial da Revista de Estudos Jurídicos UNESP (versão impressa e online).

MENDES, Stefania Fraga. É mestranda pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Linha de Pesquisa: Direito, Mercado e Relações Internacionais. Área de concentração: Direito Civil. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2013). Bolsista do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (2010/2011 e 2012/2013). Membro do Programa de Pesquisa em Processo Penal, vinculado com o Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal - IBRAPP (2011). Advogada.